

ORIENTANDO O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANMOB





ORIENTANDO

8.1 Preparando o Termo de Referência para a elaboração do PlanMob

8.1.1 Considerações iniciais

A elaboração do Plano Diretor de Transporte e da Mobilidade, em qualquer situação, obedece a uma seqüência lógica de atividades que seguem os princípios técnicos e de participação social descritos nos capítulos anteriores. Preferencialmente, esta organização do trabalho deve estar expressa em um documento, um *Termo de Referência*, que será o instrumento balizador da sua execução pela equipe envolvida.

O Termo de Referência deve conter todos os elementos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos, suficientemente explicitados para orientar as atividades dos profissionais envolvidos na produção do PlanMob, contemplando, pelo menos, os seguintes conteúdos:

- Objetivos do Plano, estabelecendo o nível de detalhamento que se pretende obter com o PlanMob;
- Metodologia a ser empregada, isto é, quais as técnicas de análise e de promoção do debate social que serão utilizadas;
- Plano de trabalho, ou seja, o conjunto de etapas e atividades que devem compor o processo de trabalho, até se obter o produto final, o Plano Diretor de Transporte e da Mobilidade ;
- Cronograma básico, no qual são estabelecidos os momentos iniciais e finais de cada etapa de trabalho, respeitada a interdependência que existam entre elas;
- Recursos humanos necessários, relacionando a quantidade de técnicos e outros profissionais que participarão dos trabalhos, com previsão de horas de envolvimento no período de execução do plano;

- Recursos materiais necessários, incluindo, além da previsão de recursos para execução das principais atividades (realização, processamento e análise das pesquisas, mapeamentos, produção de documentos, etc.), verbas para deslocamentos, reprografia, aquisição de softwares e outros;
- Forma de viabilização dos recursos, com a definição sobre como se dará a mobilização dos recursos necessários, de modo interno à estrutura da Prefeitura (ou outra instância de governo), mediante convênio ou parcerias com instituições de ensino e de pesquisa, ou, ainda, através da contratação total ou parcial de serviços profissionais externos para suprir as necessidades técnicas;
- Orçamento básico para o desenvolvimento de todas as atividades, incluindo os custos internos à administração (vinculados ao uso de seus recursos próprios) e/ou custos externos (serviços contratados ou conveniados);
- Processo de acompanhamento e gestão dos trabalhos, através do qual define-se uma estrutura de coordenação e acompanhamento.

8.1.2 Definindo objetivos

Uma primeira, e fundamental, definição são os objetivos do Plano a ser desenvolvido. No capítulo 4 são descritos alguns objetivos que poderão ser considerados pela entidade encarregada da sua produção.

Os objetivos do Plano de Transporte e da Mobilidade devem ser definidos a partir de uma pré-identificação das características da mobilidade, da acessibilidade e da circulação no Município, e das interfaces institucionais com as quais o Plano irá se relacionar..

Esta pré-identificação deve partir do conhecimento acumulado pelos técnicos e dirigentes públicos locais, mesmo quando a cidade aparentemente não dispõe de uma sistematização destas informações ou de análises específicas sobre as suas condições de mobilidade. Normalmente os profissionais locais detêm uma compreensão geral da situação física da cidade e dos seus problemas, produto do contato com a comunidade de cada bairro e com os setores empresariais e comerciais da cidade, que deve ser considerada e valorizada.

A pré-identificação das interfaces institucionais, por sua vez, também é importante, já que dela decorre o nível de profundidade que se pode esperar do Plano a ser produzido. O Plano, por exemplo, pode estar sendo realizado para definir um conjunto de diretrizes e ações estratégicas no campo da mobilidade que serão refletidas no Plano Diretor Urbano ou em uma regulamentação específica do transporte e da mobilidade, algo que não exige um detalhamento de propostas, principalmente físicas ou funcionais de redes de transporte público. Pode, em outro exemplo, servir não só para isso, como para subsidiar interfaces institucionais com instâncias públicas ou organismos de financiamento que exigem uma maior e melhor quantificação das intervenções propostas (Plano de Investimentos) tanto dos custos, como dos benefícios esperados.

Recomenda-se que o profissional ou os profissionais encarregados de elaborar o Termo de Referência do PlanMob reflitam sobre essas questões, valendo-se do conhecimento já disponível, e estabeleçam de forma clara, precisa e sintética os objetivos do Plano a ser elaborado.

8.1.3 Definindo metodologias

Vistas no seu conjunto, as metodologias refletem as técnicas e estratégias de coleta de dados, de análise, de proposição de soluções, de discussão social e de consolidação dos pro-

cedimentos. No capítulo 7 estão descritas algumas metodologias que podem ser consideradas na formulação do Termo de Referência.

Aspecto importante e inicial para a definição das metodologias é a delimitação do objeto do trabalho. Este Guia PlanMob mostra como há uma ampla diversidade de meios de transporte, circunstâncias e temas associados à mobilidade urbana e que têm importâncias distintas dependendo da situação do município, de sua população, sua inserção geopolítica e outros aspectos que condicionam a circulação e a expressão da mobilidade. As metodologias a serem utilizadas dependem da delimitação do que deverá ser estudado com maior detalhe ou profundidade.

Tal reflexão é importante, na medida em que alguns objetos de estudo requerem técnicas específicas, principalmente de coleta de dados. Por exemplo, uma determinada localidade que tenha como preocupação o oferecimento de condições adequadas para a circulação de bicicletas deverá prever a realização de entrevistas com os ciclistas para identificação das rotas empregadas e de origens e destinos principais, aliado a uma boa análise do suporte viário e de inserção urbana. Em outro exemplo, uma localidade que entenda que é necessário estudar uma ligação estrutural de transporte por modos de média ou alta capacidade deverá prever: a obtenção de dados detalhados de origens e destinos por vários modos de transporte, análises detalhadas de previsão de demanda futura, a simulação de redes de transporte com o uso de meios informatizados, pré-análises de impacto ambiental e urbano, pré-avaliação de viabilidade econômico-financeira, entre outras atividades.

Em princípios gerais, o Guia PlanMob parte da premissa que há duas abordagens que devem coexistir e se combinar ao longo da produção do Plano: uma técnica e outra da discussão social.

A abordagem técnica utiliza as metodologias clássicas de planejamento de transporte, fundamentadas no levantamento de dados quantitativos, no emprego de meios de representação dos atributos e relações espaciais (mapas, desenhos, esquemas ilustrativos), no

uso de métodos de previsão de demanda (modelos de transporte) e no uso de instrumentos de simulação do desempenho de redes de transporte com base em indicadores de desempenho econômico e social.

Na abordagem social cabe a utilização de métodos que permitam, a partir da discussão com a sociedade, uma compreensão do que as pessoas, entidades e setores econômicos pensam das condições de mobilidade no município e da receptividade e aprovação das medidas que venham a ser definidas; esta abordagem também pode produzir indicadores qualitativos e quantitativos que expressem algumas variáveis importantes à análise.

É importante que as reuniões, audiências e outros eventos de discussão pública ocorram com base em informações sistematizadas sobre a infra-estrutura, demanda e oferta de serviços, obtidas pela aplicação das metodologias técnicas, permitindo a ampliação da capacidade de interlocução e de moderação das discussões.

A partir dos objetivos e do objeto fixados para o Plano, o profissional ou profissionais encarregados da elaboração do Termo de Referência do PlanMob devem escolher as metodologias mais apropriadas para a sua realidade, podendo considerar as técnicas e métodos descritos neste guia e na literatura especializada.

O tipo de produtos requeridos (que decorrem dos objetivos fixados), os prazos deseja-

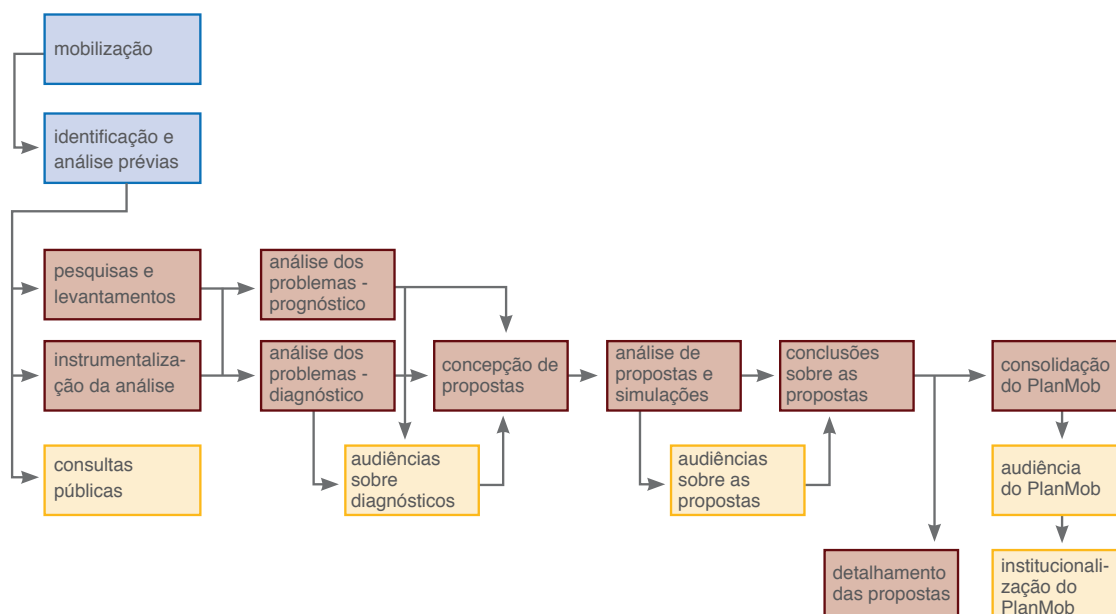
dos e os recursos técnicos e financeiros disponíveis também condicionam decisivamente a escolha das metodologias. Isto é mais evidente na definição das pesquisas necessárias, que exigem conhecimento especializado e dificilmente compensam ser realizadas com equipes internas; as pesquisas representam parte significativa dos custos totais do Plano e implicam prazos adicionais para o trabalho.

8.1.4 Estabelecendo o plano de trabalho

O plano de trabalho é o conjunto de tarefas e atividades que serão necessárias para a produção do PlanMob, isto é, espelha a forma como a metodologia definida será aplicada em uma seqüência lógica de trabalhos.

No plano de trabalho as atividades são agrupadas em etapas e fases de acordo com vários critérios, tais como: similaridade de assunto tratado (transporte público, tráfego, infra-estrutura); similaridade de processos de trabalho, de técnicas empregadas ou de natureza dos trabalhos (pesquisas de campo, análise, mapeamento, modelagem, etc.); equipe envolvida; concatenação ou simultaneidade de execução.

De forma genérica, as etapas de elaboração do PlanMob, independente do porte da cidade, dos objetivos, do objeto ou das metodologias escolhidas pelos municípios, podem ser organizadas de acordo com o diagrama e o quadro apresentados abaixo:



Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Mobilização	<p>Compreende preparar os recursos necessários ao trabalho, organizar as equipes do município e as externas, detalhar o planejamento das atividades, fixar o cronograma definitivo, definir as formas de acompanhamento da evolução dos trabalhos e demais questões relacionadas com tudo o que for necessário para o bom andamento das atividades.</p>
Identificação e análise prévia	<p>Da discussão inicial, envolvendo os técnicos locais, dirigentes públicos e demais membros da equipe envolvida, deve ser obtida uma apreciação geral da característica e dos problemas de mobilidade do município, caracterizando um pré-diagnóstico.</p> <p>Neste processo, deverão se identificados os modos de transporte e as características espaciais relevantes (bairros, regiões, corredores viários, etc) que deverão ter uma avaliação mais pormenorizada. Deverá também ser realizada uma pré-avaliação dos aspectos institucionais e legais associados ao tema.</p> <p>Compõem ainda esta etapa, a identificação de fontes de dados secundárias disponíveis (ver item 7.1.2.) e os agentes sociais que deverão ser priorizados no processo de discussão social.</p> <p>Em resumo, esta etapa tem como objetivo caracterizar uma expectativa do que poderá vir a ser o PlanMob e organizar previamente as fontes de informação e consulta.</p>
Pesquisas e levantamentos	<p>É a etapa dedicada à coleta de dados de fontes primárias e secundárias.</p> <p>Os dados de fontes primárias são obtidos mediante pesquisas e levantamentos realizados em campo. As pesquisas e levantamentos dependem da metodologia definida, mas para todas deverão ser previstas as seguintes atividades: (i) definição da metodologia, amostras, formulários e outras especificações para a coleta do dado; (ii) planejamento dos trabalhos de campo, incluindo sua logística, definindo-se a seqüência de trabalhos e correspondente calendário; (iii) mobilização dos recursos humanos, incluindo treinamentos, e recursos materiais adequados a cada trabalho a ser executado; (iv) execução dos trabalhos de campo, incluindo a sua supervisão, controle de qualidade e planejamento das reposições, nos casos de não conformidade; (v) codificações, tabulações e triagens dos dados de campo; (vi) digitação dos dados em planilhas e/ou bancos de dados; (vii) análise de consistência dos bancos de dados e correções; (viii) processamento final e liberação dos dados para análises.</p> <p>Os dados de fontes secundárias são obtidos através da coleta, leitura, análise e sistematização de informações colhidas em documentos existentes no Município, como é o caso de leis, decretos, planos existentes, dados estatísticos, projetos e outros tipos de informação documental.</p>

...Continuação

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Instrumentalização da análise	<p>Inclui-se nesta etapa os trabalhos prévios de preparação dos instrumentos de análise de informações. Dependendo da metodologia escolhida, poderá ser necessário o suporte de instrumentos informatizados como softwares geo-referenciados e/ou softwares de modelagem de transporte, que precisam ser preparados para a recepção das informações.</p> <p>Isto inclui atividades como preparação da base viária, lançamento de dados cadastrais disponíveis sobre a infra-estrutura, aspectos urbanos e territoriais, rede de transporte coletivo (linhas e suas informações) e outros dados que possam ser representados espacialmente.</p> <p>Mesmo que o Município opte por uma metodologia que não use sistemas de processamento de dados mais avançados para o suporte ao trabalho será necessário produzir mapas em mesa (em papel) ou usando softwares de desenho, como AutoCad.</p> <p>No caso do uso de sistemas avançados, que trabalham com modelos de simulação, esta etapa possui outros desdobramentos técnicos específicos de preparação de um modelo de rede que simule a realidade, como é o caso da calibração da rede e da calibração das equações que representam as variáveis de produção, atração, distribuição e divisão modal (ver item 7.2.).</p>
Consultas públicas	<p>Esta etapa reúne as reuniões iniciais com a sociedade, com objetivo de apreensão do conhecimento público sobre as questões envolvidas, principalmente das expectativas e da percepção dos problemas.</p> <p>As consultas públicas devem ser organizadas de acordo com um planejamento de atividades que incluem: (i) definição dos agentes a serem consultados (Associações de Bairro, Conselhos de Orçamento Participativo; Sindicatos, Associação Comercial, Entidades de Classe, etc); (ii) definição do roteiro básico; (iii) estabelecimento de cronograma de eventos; (iv) planejamento dos recursos, incluindo a definição dos locais; (v) agendamento, convite e divulgação; (vi) execução dos eventos; (vii) sistematização das observações colhidas.</p>

Continua...

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Análise dos problemas - Diagnóstico	<p>O objetivo desta etapa é promover a leitura das informações colhidas e sua análise para identificar os problemas existentes. É o momento, também, de sistematizar adequadamente as informações sobre as condições locais de mobilidade, oferecendo uma síntese de dados quantitativos e indicadores, como por exemplo: a quantidade de passageiros transportados, de frota, de viagens, e outros dados do serviço de transporte coletivo; perfil dos deslocamentos realizados pela população e os modos empregados; dados sobre a infra-estrutura viária (extensão pavimentada, larguras viárias, etc).</p> <p>Uma boa forma de se organizar o diagnóstico é segmentá-lo em blocos de análise com dados e indicadores sobre, por exemplo: (i) padrões de mobilidade da população; (ii) descrição e características do sistema viário; (iii) circulação de tráfego; (iv) sistema de transporte coletivo; (v) circulação de bicicletas; (vi) acessibilidade e condições para a mobilidade a pé; (vii) modos de transporte público não coletivos; (viii) circulação de mercadorias; (ix) modelo institucional e base normativa; (x) organização da gestão pública; (xi) políticas públicas de mobilidade e transporte; (xii) políticas urbanas e seu reflexo na política de mobilidade.</p> <p>Além dos dados quantitativos, o diagnóstico deve apresentar uma abordagem dos aspectos qualitativos oriundos da compreensão dos técnicos e dirigentes públicos e da sociedade, ouvida na etapa de consulta.</p> <p>Os trabalhos, por serem caracteristicamente analíticos, tem uma divisão de tarefas mais agrupada, diferente de etapas de trabalho em que se identifica uma rotina. Trata-se, em essência, da produção de mapas, tabelas, gráficos e textos que representem as informações colhidas e as reflexões sobre as principais questões, com indicativos de como elas poderão ser tratadas, em momento mais avançado da elaboração do Plano. Recomenda-se, entretanto, que as análises sejam segmentadas por temas envolvidos, como exemplo: serviço de transporte coletivo, rede viária, circulação de ciclistas, acessibilidade, regulamentação, organização pública para a gestão e, ainda, quando necessário e possível, seja particularizada para regiões do município.</p>

Continua...

...Continuação

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Análise dos problemas – Prognóstico	<p>Uma análise de prognóstico é requerida para se antever situações que poderão advir do crescimento urbano em relação à mobilidade urbana, por meio de projeções do crescimento espontâneo, isto é, caso não haja nenhuma intervenção sobre eles, das demandas por deslocamentos nos vários modos e seu impacto.</p> <p>Mesmo que o Município não opte por uma metodologia técnica (ver item 7.2.2.) para realizar as projeções e simular os impactos no transporte, cabe uma reflexão, ainda que empírica e informal sobre o que pode ocorrer em um horizonte de estudo (10 ou mais anos).</p> <p>Em qualquer caso, o Termo de Referência deve prever uma associação destes trabalhos com o conhecimento, reflexões e indicativos da política urbana municipal, especialmente com o Plano Diretor. Um adequado diálogo com os profissionais do Município que lidam com estas questões é bastante útil para o fornecimento de indicadores sobre vetores de expansão, áreas urbanas que devem ser restringidas, zoneamento de uso e ocupação do solo, áreas destinadas a programas habitacionais, localização de novos empreendimentos que poderão vir a se instalar.</p> <p>Independente do grau de detalhe que a metodologia escolhida venha a impor, é importante que a etapa se estruture segundo dois campos: (i) a construção de cenários de evolução urbana, demográfica, econômica e social da localidade e (ii) projeção quantitativa ou qualitativa dos impactos destes cenários na mobilidade, nos serviços de transporte e no sistema viário.</p>
Audiências sobre o diagnóstico	<p>Deve-se prever um segundo momento para discussão com a sociedade, no qual a Administração Municipal expõe os resultados dos levantamentos e análises que realizou, incluindo as observações da etapa de consulta pública. A apresentação do diagnóstico já pode incluir diretrizes e proposições iniciais, de forma a avaliar sua receptividade e mapear os conflitos que elas provocam em relação aos interesses dos vários segmentos.</p> <p>Podem ser realizados uma ou mais audiências, devidamente preparadas e convocadas com antecedência e ampla divulgação, o que exige um conjunto de atividades de planejamento e organização.</p>

Continua...

...Continuação

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Concepção de propostas	<p>Nesta etapa são concebidas soluções, propostas, diretrizes, ações, enfim, um conjunto de medidas partindo da análise da situação atual e do prognóstico realizados anteriormente e debatidos com a sociedade.</p> <p>Neste trabalho, é importante fixar, de antemão, as diretrizes principais com que a localidade tratará a questão da mobilidade, para que não se produzam propostas conflitantes entre si, como, por exemplo, propostas para um mesmo eixo vetor de deslocamentos que demandem vultosos investimentos para a ampliação da sua capacidade viária e, ao mesmo tempo, para implantação de um sistema de média ou alta capacidade de transporte coletivo.</p> <p>As propostas devem contemplar todos os temas de presença obrigatória (ver item 7.3.1.), além das questões específicas, adequados ao porte e características de cada local (ver item 7.3.2.).</p> <p>Não se deve esperar, entretanto, que do processo de formulação de soluções surjam soluções “limpas e finais” para os problemas. Ao contrário, nesta etapa podem se concebidas duas ou mais soluções para determinadas questões que serão posteriormente verificadas do ponto de vista técnico, econômico e social.</p> <p>Além do trabalho de análise e reflexão, característico deste processo, caberá à equipe representar as propostas através de mapas, textos, tabelas e outros recursos documentais para alimentação dos demais trabalhos.</p>

Continua...

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Análise de propostas e simulações	<p>Alternativas de redes de transporte coletivo e de obras viárias devem ser dimensionadas para estimativa de custos e benefícios, tanto sociais como econômicos, expressos através de indicadores quantificáveis, tais como: tempo de viagem, custo global e unitário por pessoa, emissão de poluentes, e outros que são empregados em avaliações de viabilidade econômica e/ou financeira. Particularmente, isto é imprescindível em planos que serão utilizados também para apoio a obtenção de recursos de agências de fomento e financiamento.</p> <p>Para estas situações, o Termo de Referência deve prever um conjunto de atividades de simulação de alternativas empregando os recursos computacionais (modelos de transporte) e dados de matrizes de origem e de destino das viagens (ver item 7.2.3.).</p> <p>Mesmo não havendo obrigatoriedade, deve ser previsto um processo de análise de alternativas, ainda que utilizando processos mais simples de dimensionamento, sem o uso de softwares de planejamento de transporte. Como exemplo, diretrizes para a política de atendimento do transporte coletivo em relação aos intervalos máximos admitidos, ou ao padrão de ocupação máxima dos veículos, podem ser testadas através de planilhas de cálculo, avaliando seu impacto na quantidade de veículos, na rodagem e no custo decorrente.</p> <p>O mesmo pode se dar em relação à ampliação da capacidade de uma via do sistema viário principal, através da proibição de estacionamento em um ou ambos os lados, que podem ser avaliados através do cálculo da capacidade decorrente e do número de vagas perdidas, também com planilhas de cálculo, alimentadas por dados obtidos em campo.</p> <p>A forma de apresentação dos resultados desta etapa também se dá por meio de mapas, tabelas e textos.</p> <p>É importante destacar que nesta etapa não se deve pretender que as alternativas sejam avaliadas conclusivamente, na medida em que se deve incorporar à análise uma avaliação social, resultante de um novo processo de consulta.</p>
Audiências sobre as propostas	<p>Em um terceiro momento de discussão social, devem ser apresentadas as propostas formuladas, já acompanhadas dos seus indicadores e dados quantificáveis.</p> <p>A exemplo da discussão do diagnóstico, este processo pode ser dar mediante uma ou mais audiências, com objetivo de apreender as ponderações dos vários agentes sobre as alternativas destacadas.</p>

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
<p>Conclusões sobre as propostas e escolhas</p>	<p>Esta etapa conclui o processo de análise dos problemas e de orientação de soluções aplicáveis.</p> <p>A partir do conjunto de dados sistematizados sobre as alternativas e as impressões obtidas das audiências realizadas cabe à Administração Municipal escolher as propostas que serão incorporadas ao PlanMob.</p> <p>Este processo de escolha de alternativas pode ser feito com apoio de técnicas que utilizam de recursos computacionais para modelar as distintas opiniões (ver item 7.2.3.), ou por métodos mais simples de cotejo de vantagens e desvantagens, discutidas em reuniões de equipe.</p>
<p>Detalhamento das propostas</p>	<p>Em função dos objetivos do plano (ver capítulo 4) pode ser necessário algum detalhamento adicional das propostas formuladas, como a expansão do pré-dimensionamento realizado da oferta de transporte coletivo para todos os horários dos dias tipo (caso o Plano contenha um componente de aplicação operacional imediata), o detalhamento das seções transversais e o traçado básico de uma ciclovia, ou ainda o desenvolvimento de um arranjo geométrico básico de uma obra de arte especial no sistema viário.</p> <p>Estes e outros exemplos podem ser incorporados ao PlanMob como uma derivação dos trabalhos, mais pela oportunidade de aproveitamento da mobilização no campo técnico, do que pela necessidade intrínseca de finalização do Plano.</p> <p>Os trabalhos de detalhamento podem assumir uma dinâmica própria e gerar novas necessidades de informação e recursos incompatíveis com o objetivo principal dos trabalhos. Conseqüentemente, sempre que possível, o detalhamento de medidas propostas deve ser objeto de um outro processo de trabalho.</p>
<p>Consolidação do PlanMob</p>	<p>Esta é uma etapa de organização do conhecimento acumulado, produto de um adequado e meticuloso processo de estudo da mobilidade no município, que gera um acervo técnico que precisa ser perpetuado através de um adequado registro documental.</p> <p>Toda a seqüência de mapas, tabelas e textos de coleta de dados, análises, diagnósticos, prognósticos, alternativas estudadas e escolhidas devem ser organizadas de forma a gerar um documento que será a expressão final do PlanMob.</p> <p>A etapa, portanto, inclui a produção final dos textos e dos elementos gráficos do documento.</p>

Etapa	Objetivo e demais informações importantes
Audiência sobre o PlanMob	<p>De forma coerente com o princípio de participação ampla da sociedade, cabe à Administração realizar uma audiência pública para exposição do produto final do PlanMob, quando serão expostas as diretrizes gerais e as propostas específicas para a reorganização dos sistemas de transporte e de circulação que geram as condições do exercício da mobilidade no município.</p> <p>Recomenda-se a produção de documentos síntese (sumário executivo), CDs, vídeos e outros meios que possam ser utilizados para divulgação do Plano na sociedade.</p>
Institucionalização do PlanMob	<p>Nesta etapa deve ser produzida a minuta de projeto de lei dispendo sobre as diretrizes da mobilidade no município e as gestões políticas e legislativas associadas ao trâmite da matéria.</p> <p>Para tanto, deverá haver uma avaliação e uma triagem dos conteúdos do PlanMob, identificando os aspectos que devem ser tratados pelo poder legislativo (normas e diretrizes) e os que são exclusiva iniciativa do Executivo Municipal (desenvolvimento de projetos e investimentos).</p>

8.1.5 Estabelecendo cronogramas

As especificações metodológicas e o plano de trabalho escolhido têm interferência direta no cronograma dos trabalhos, principalmente no que diz respeito ao processo de coleta de dados primários (pesquisas) e no uso de instrumentais de análise informatizados (modelos), caso tal opção seja escolhida. Ambos requerem um tempo razoável de execução, por dependerem de mão de obra intensiva ou serem de maior complexidade instrumental. Além disso, estas atividades são pré-requisito para o desenvolvimento das demais etapas.

Especificamente em relação às pesquisas, vale destacar a necessidade de considerar, no seu planejamento, o momento adequado para sua execução, descartando períodos atípicos, como os meses de férias escolares.

O plano de trabalho escolhido deve observar a interdependência entre as etapas de trabalho, conforme ilustrado no diagrama

apresentado no item anterior. Alguns trabalhos podem ser realizados de forma paralela, mas outros dependem da finalização de etapas anteriores. Além disso, devem ser previstas uma margem de segurança para contemplar a possibilidade de atrasos na execução de atividades mais complexas.

De forma geral, nas cidades que dispõem de boas bases de dados, ou nos municípios com menos de 250 mil habitantes, deve ser considerado um prazo mínimo de quatro meses para a elaboração do PlanMob; para os municípios de porte intermediário, entre 250 e 500 mil habitantes, é recomendável a previsão de um prazo de 8 a 10 meses, atingindo 12 meses se houver previsão de realização de pesquisa de origem e destino. Nos municípios com mais de 500 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas o prazo mínimo razoável passa a ser de 12 meses, ou de 18 meses, quando incluírem pesquisa de origem e destino domiciliar e estudos mais detalhados para instrução de processos de financiamento.